

CNPJ 25.223.850/0001-80

PROJETO DE LEI N° () 19 /2023.

"Institui o PROGRAMA BRASIL MAIS AGROECOLÓGICO MUNÍCIPIOS EM REDE no Município de Urucuia/MG e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUCUIA – ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições especialmente conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e ele em seu nome sanciona a seguinte Lei:

Art. 1°. Fica instituído, por essa Lei, o PROGRAMA BRASIL MAIS AGROECOLÓGICO MUNÍCIPIOS EM REDE, no âmbito do Município de Urucuia/MG.

Art. 2°. O PROGRAMA BRASIL MAIS AGROECOLÓGICO MUNÍCIPIOS EM REDE tem por objetivos:

I – Promover o combate à fome e as desigualdades sociais no âmbito municipal conectando a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais a pessoas em situação de vulnerabilidade na cidade inscritas no CadUnico;

II - Beneficiar famílias ou pessoas que moram sozinhas (unidade doméstica unipessoal), identificadas e caracterizadas na faixa socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal ou em cadastro próprio do Município;

III – Promover a aquisição de gêneros alimentícios com certificação participativa orgânica por entidade credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e certificação participativa agroecológica e de gênero produzidos por empreendimentos de Agricultores Familiares, estabelecidos no território do Município de Urucuia/MG, cadastrados como fornecedores exclusivos;

e-mail: administracao@urucuia.mg.gov.br



CNPJ 25.223.850/0001-80

IV- Conectar a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais à pessoas em situação de vulnerabilidade inscritos no CadÚnico através de alimentos saudáveis com foco nas mulheres;

V- Promover a produção de alimentos de forma agroecológica e orgânica de agricultores familiares para a otimização da capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e demais recursos naturais, através de uma assessoria técnica especializada;

VI- Realizar a assessoria técnica e extensão rural à agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais para a transição agroecológica, produção de base agroecológica, produção orgânica, equidade de gênero e justiça social através de ações integradas para o enfrentamento das mudanças climáticas.

§1º. Para o atingimento dos objetivos do PROGRAMA BRASIL MAIS AGROECOLÓGICO MUNÍCIPIOS EM REDE com pessoas em situação de vulnerabilidade inscritas no Cadúnico será criado um VALE AGROECOLÓGICO E SOCIOBIO e uma assessoria técnica e extensão rural para transição agroecológica e produção orgânica dos agricultores familiares com certificação participativa orgânica, agroecológica e de gênero com acesso a mercados locais, regionais, nacionais e internacionais incluindo compras públicas, denominada ATER AGROEBIO.

§2º. A concessão do VALE AGROECOLÓGICO E SOCIOBIO a seus possíveis beneficiários e a sua aplicação na aquisição de alimentos certificados de forma participativa orgânica, agroecológica e gênero, produzidos por empreendimento da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais exercida no Município de Urucuia/MG regem-se pelas regras estabelecidas nesta Lei.

§3°. Estabelecimento de assessoria técnica e extensão rural à agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais do município de Urucuia/MG para a transição agroecológica, produção orgânica, equidade de gênero e justiça social através de ações integradas para o enfrentamento das mudanças climáticas com certificação participativa orgânica, agroecológica



CNPJ 25.223.850/0001-80

e de gênero com vista atender o fornecimento de gêneros alimentícios dos agricultores familiares ao PROGRAMA BRASIL MAIS AGROECOLÓGICO MUNÍCIPIOS EM REDE.

- § 4°. Os gêneros alimentícios a serem fornecidos no VALE AGROECOLÓGICO E SOCIOBIO serão provenientes exclusivamente de empreendimentos de agricultores familiares cadastrados no programa que estejam sendo atendidos pela ATER AGROEBIO, exercida no Município de Urucuia/MG regem-se pelas regras estabelecidas nesta Lei.
- Art. 3°. O VALE AGROECOLÓGICO E SOCIOBIO terá o valor mensal total de R\$100,00 (cem reais) por unidade doméstica beneficiária.
- Art. 4°. Poderão ser contempladas, mensalmente, no mínimo 50 (cinquenta) unidades domésticas situadas no Município de Urucuia/MG, constituídas por famílias ou pessoas que moram sozinhas, observados os requisitos do § 2° do art. 2°, desta Lei.
- §1º. No mínimo, um terço dos vales será reservado e destinado:
- I a famílias chefiadas por apenas uma mulher ou mães solo; e
- II Mulheres que moram sozinhas.
- §2º. Entre as mulheres de que trata este artigo, serão priorizadas, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dentre aquelas que se autodeclarem pretas, pardas ou indígenas e pessoas com deficiência, nos termos da legislação, ou tenham sido vítimas de violência doméstica.
- Art. 5°. Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social, a coordenação do cadastro específico das famílias ou pessoas que moram sozinhas a serem beneficiadas pelo Programa com a concessão do VALE AGROECOLÓGICO E SOCIOBIO, na forma do regulamento desta Lei.

Parágrafo único. Para participar do Programa com a concessão do Vale Agroecológico, na condição de unidades domésticas beneficiárias, as famílias e as pessoas que moram sozinhas

e-mail: administracao@urucuia.mg.gov.br



CNPJ 25.223.850/0001-80

serão selecionadas após avaliação socioeconômica por equipe técnica responsável, com parecer social, obedecendo, dentre outros, critérios de renda *per capita* da menor para a maior.

Art. 6°. Poderão ser cadastradas como fornecedoras de produtos alimentícios com certificação agroecológica, orgânica e de gênero a serem adquiridos com recursos do Programa BRASIL MAIS AGROECOLÓGICO MUNÍCÍPIOS EM REDE os empreendimentos da agricultura familiar estabelecidas no território do Município de Urucuia/MG, que comprovarem ser:

I – Integrantes das categorias da Agricultura Familiar de Empreendimentos Familiares Rurais, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

II – Ter certificação participativa orgânica através de OPAC- Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade Orgânica – Sistema Participativo de Garantia, credenciado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da unidade de produção familiar e do empreendimento válida;

III- Ter certificação participativa agroecológica e de gênero da unidade de produção familiar e do empreendimento válida.

§ 1º. Os agricultores familiares cadastrados no programa BRASIL MAIS AGROECOLÓGICO MUNÍCÍPIOS EM REDE serão atendidos exclusivamente pela assessoria técnica e extensão rural para transição agroecológica e produção orgânica - ATERAGROEBIO.

§ 2°. As entidades de assessoria técnica e extensão rural -ATERAGROEBIO devem ser uma OPAC- Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade Orgânica — Sistema Participativo de Garantia, credenciado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para atendimento dos objetivos do programa.



CNPJ 25.223.850/0001-80

Art. 7°. Caberá à Secretaria Municipal da Agricultura, a coordenação do cadastro de empreendimentos da agricultura familiar fornecedores de alimentos certificados orgânicos, agroecológicos e gênero ao Programa, nos termos do regulamento desta Lei.

§ 1º. Somente pessoas jurídicas de empreendimentos de agricultores familiares com certificação participativa orgânica, agroecológica e gênero, prévia e validamente cadastradas junto à Secretaria Municipal da Agricultura poderão fornecer alimentos a pessoas beneficiárias do Programa que atendam o § 2º do artigo 2º.

§ 2º. O VALE AGROECOLÓGICO E SOCIOBIO é exclusivo para aquisição de alimentos de empreendimentos de agricultores familiares com certificação participativa orgânica, agroecológica e gênero cadastrados pela Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 8°. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no prazo de até 30 (trinta) dias da sua publicação.

Art. 9°. As despesas decorrentes da execução dessa lei correrão tão somente por meio de emendas parlamentares, repasses federais e estaduais para este fim, sendo autorizado ao Município, somente, a contrapartida de 1% (um por cento) do transferido.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a alocar, por decreto, dotação orçamentária, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais necessários no orçamento vigente para a execução da presente Lei.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Urucuia/MG, 15 de setembro de 2023.

RUTÍLIO EUGÊNIO CAVALCANTI FILHO